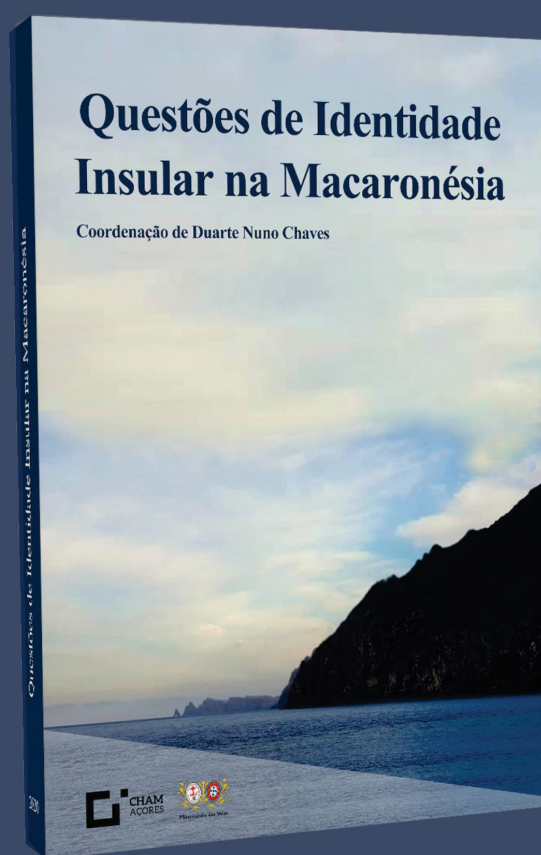


ARQUIVOS AÇORIANOS: PERCURSOS PATRIMONIAIS E DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA INSULAR

Cristina Moscatel
CHAM – Centro de Humanidades/BPARPD



MOSCATTEL, Cristina. 2020. "Arquivos açorianos: Percursos patrimoniais e de valorização da memória insular". In: CHAVES, Duarte Nuno (coord). *Questões de Identidade Insular na Macaronésia*. S. Jorge: Santa Casa da Misericórdia das Velas & CHAM – Centro de Humanidades. pp. 295-308.

ISBN: 978-989-54856-0-4

***QUESTÕES DE IDENTIDADE INSULAR
NA MACARONÉSIA***

Coordenação

Duarte Nuno Chaves

Santa Casa da Misericórdia das Velas
CHAM — Centro de Humanidades
Velas, S. Jorge, Açores
2020

FICHA TÉCNICA

Título	<i>Questões de Identidade Insular na Macaronésia</i>
Coordenação	Duarte Nuno Chaves
Autores	Vários
Edição	Santa Casa da Misericórdia das Velas & CHAM – Centro de Humanidades
Paginação	Gonçalo Mendes – DRC Madeira
Capa	Laura Catarina Nunes
Fotografia da capa	Élia de Sousa
Depósito Legal	471588/20
ISBN	978-989-54856-0-4
Data de Saída	2020
Execução Gráfica	Nova Gráfica Artes Gráficas Rua da Encarnação, 21, Fajã de Baixo 9500-513 Ponta Delgada São Miguel - Açores

Apoios



Secretaria Regional
de Turismo e Cultura
Direção Regional da Cultura



Esta edição foi financiada pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores (M3.3.c/Edições/002/2019) e contou com o apoio da Secretaria Regional do Turismo e Cultura do Governo Regional da Madeira. No âmbito do projeto de Pós-doutoramento com a referência “M3.1. a/F/003/2016” do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia.

ÍNDICE

- 11 Duarte Nuno Chaves**
NOTA DE ABERTURA E BREVE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO
- CAPÍTULO I - ITINERÁRIOS DO ESPAÇO E DA HISTÓRIA**
- 21 Liliana Ferreira**
UMA APROXIMAÇÃO AO MUNDO INSULAR. ENTORNO DA ARQUITETURA EM SOCALCOS NA MACARONÉSIA
- 35 José Antonio González Marrero**
LA ISLA DE SAN BORONDÓN, UN ELEMENTO DE IDENTIDAD ATLÁNTICA DESDE LA EDAD MEDIA HASTA LA ACTUALIDAD
- 51 Mariano Gambín García**
LA REPOBLACIÓN DE GRAN CANARIA DESPUÉS DE LA CONQUISTA A FINALES DEL SIGLO XV. ASPECTOS HUMANOS Y POLÍTICOS
- 73 Javier Luis Álvarez Santos**
EXOGENESIS E INCLUSIÓN SOCIAL EN ÁREAS DE CONTACTO: EL COMPROMISO LOCAL DE LA ÉLITE PORTUGUESA EN TENERIFE DURANTE LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XVII

CAPÍTULO II - QUESTÕES DA MEMÓRIA ARQUIPELÁGICA

- 85 Carmo Daun e Lorena**
À SOMBRA DO PASSADO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E COSMOPOLITISMO NA ILHA DE SÃO VICENTE
- 103 Susana Serpa Silva**
A ILHA GRACIOSA NOS RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS (SÉCULO XIX)
- 121 Sérgio Rezendes**
AÇORES E MACARONÉSIA, TERRAS DE DEGREDO POLÍTICO EM 1930
- 141 Mercedes Chinea Oliva**
LA PRESENCIA DEL TRABAJO DE LAS MUJERES EN LOS PROCESOS DE CULTIVO Y TRANSFORMACIÓN DEL ALGODÓN A TRAVÉS DEL FONDO DE LA COMPAÑÍA ALGODONERA DE CANARIAS
- 151 Cláudia Faria**
GRACIOSA E PORTO SANTO “DOS QUE VIVEM ONDE SOPRA O VENTO”
- 161 Graça Alves**
UM CANTO À ILHA DA MADEIRA

CAPÍTULO III - TRADIÇÕES, MÚSICA E EXPRESSÕES ORAIS

- 169 Alcides José Delgado Lopes**
TRADIÇÕES, MÚSICA E EXPRESSÕES ORAIS: ELEMENTOS DE IDENTIDADE DOS ILHÉUS
- 187 Élia de Sousa**
CHARAMBA - EM BUSCA DE UM FUTURO. CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA
- 207 José Andrade**
FILARMÓNICAS DOS AÇORES: PATRIMÓNIO IDENTITÁRIO - O CASO DA ILHA DE SÃO MIGUEL

219 Naídea Nunes e Helena Rebelo

A CRIAÇÃO DE GADO E AS EXPRESSÕES ORAIS: BREVE COMPARAÇÃO DO VOLUME I DO ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA MADEIRA E DO PORTO SANTO COM O DOS AÇORES

CAPÍTULO IV - MUSEUS, ARQUIVOS E NOVAS ABORDAGENS CULTURAIS

239 Rita Rodrigues

VIAGEM: DO ESPAÇO CULTUAL PARA O MUSEU. VIVÊNCIAS RELIGIOSAS MADEIRENSES

259 João Henrique Silva

MUSEU DE ARTE SACRA DO FUNCHAL: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESENÇA

273 Maria Manuel Velasquez Ribeiro

MUSEOLOGIA AÇORIANA: UMA APROXIMAÇÃO BIOBIBLIOGRÁFICA

285 Jorge António Cunha

MUSEUS E TURISMO CULTURAL: O CASO DO MUSEU DA GRACIOSA

295 Cristina Moscatel

ARQUIVOS AÇORIANOS: PERCURSOS PATRIMONIAIS E DA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA INSULAR

309 Bruna Pereira

PONTA DELGADA: UMA CIDADE DA MACARONÉSIA INSERIDA NAS TENDÊNCIAS PICTÓRICAS DO SÉCULO XXI

ARQUIVOS AÇORIANOS: PERCURSOS PATRIMONIAIS E DE VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA INSULAR

Cristina Moscatel

CHAM – Centro de Humanidades/BPARPD

acmoscatel@gmail.com

Palavras-chave: Arquivos insulares; Património arquivístico; Memória insular.

Os arquivos são, pelos seus atributos definidores, espelho e património das comunidades que os produzem, mas podem ser, e normalmente são-no, património de todas as realidades que com essas comunidades produtoras interagem. São registo, memória e fonte para a produção historiográfica e para a construção e/ou definição cultural. Neste sentido, gozariam, juntamente com as produções artísticas, móveis e imóveis, e mesmo com a imaterialidade, de um estatuto patrimonial que geraria investimento, divulgação e educação. Não obstante, o conceito de ‘património’ quando aplicado à realidade documental, leia-se aos arquivos, carece ainda de ênfase, nas esferas públicas e institucionais, e de consubstancialização.

Esta comunicação pretende, no âmbito do acima exposto, abordar a política arquivística açoriana nos últimos 50 anos, no sentido de lhe encontrar um percurso na consubstancialização patrimonial dos arquivos locais, bem como no intuito de analisar de que forma, e por que meios, essa política

arquivística tem contribuído para a valorização da memória e para a construção de conhecimento sobre a(s) realidade(s) insulare(s).

Em finais da década de 90, do século XX, e inícios do século XXI, fazendo eco às vozes de antigas direções, reclamavam os arquivistas da RAA, pela voz do arquivista Pedro Medeiros¹, legislação regional para regulamentar e definir os arquivos enquanto Património, um órgão ou organismo coordenador dos arquivos da RAA e a pertinência de um Guia dos Arquivos da RAA. Apontavam-se as falhas, comuns a tantos serviços, dos recursos humanos em falta (por não haver formação na área e por não se providenciarem quadros públicos para o efeito), da exiguidade dos espaços e das condições de custódia da documentação. Tudo junto, concluía-se que não existia, nos Açores, uma política arquivística, nem do ponto de vista da gestão documental (saber o que se produz e controlar a produção documental na origem), nem do ponto de vista patrimonial (ausência de aplicação de critérios patrimoniais aos arquivos, seja na sua classificação, aquisição, preservação ou divulgação).

Alguns historiadores juntaram a sua voz a essa chamada de atenção regional, como foi o caso de Guilherme Reis Leite², ainda que com a visão de utilizador (como bem indica logo de início) e com algumas propostas que, sabemos hoje, seriam contraproducentes, como era o caso da separação das áreas de Biblioteca e de Arquivo, à semelhança da realidade madeirense até há bem pouco tempo³. Mais recentemente, também Susana Serpa Silva, já em 2012⁴, acrescentaria um contributo fazendo uma pequena resenha histórica do percurso da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, enquadrando o seu percurso no âmbito da importância que tiveram (e continuam a ter) estas instituições, compilando, também, neste trabalho as pequenas referências que autores mais antigos, como Francisco Machado de Faria e Maia, Aníbal Bicudo ou Urbano de Mendonça Dias, já haviam publicado e acrescentando

1 Medeiros, Pedro - O Arquivo de Ponta Delgada e a política arquivística regional. In "ARQUIPÉLAGO. História". Ponta Delgada: CEGF, 2001, pp.743-758.

2 Reis Leite, José Guilherme - "Os Arquivos Públicos na Região Autónoma dos Açores. Uma opinião". In ARQUIPÉLAGO. História. Ponta Delgada: CEGF, 2001, pp.759-764. Do mesmo autor, ainda: José Guilherme Reis Leite, "Política Arquivística para o século XXI. Os Arquivos da Autonomia", in *Documentação e Arquivos Insulares*. Funchal: C.E.H.A., 1997.

3 A 27 de abril de 2020 seria criada a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, passando a constituir uma Direção Regional sob a dependência da Secretaria do Turismo e Cultura: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/132514390/details/maximized>.

4 Silva, Susana Serpa - "Notas para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada". In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº12 (2012). Coimbra: CHSCUC, 2012, pp. 285-321.

uma caracterização do público, da oferta e da dinâmica da Biblioteca Pública desde os seus primórdios. Por fim, o contributo de Rute Dias Gregório, já em 2017, onde problematizou a relação entre os arquivos dos Açores e produção historiográfica⁵.

A Biblioteca Pública de Ponta Delgada seria criada em 1841⁶, mas o Arquivo só seria criado quase um século depois. Não há surpresa nesta linha temporal, porquanto as noções de arquivo e o aparecimento da arquivística alteraram-se muitíssimo desde 1841 até 1931⁷ quando o Arquivo Distrital de Ponta Delgada é criado, ficando anexo à Biblioteca.

Criado, portanto, em 1931, o então Arquivo Distrital de Ponta Delgada faria parte de uma estratégia descentralizadora de Júlio Dantas, Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, onde se inseriu igualmente a Madeira e o restante território nacional. Tal como acontecera em Ponta Delgada, a Madeira veria o seu Arquivo Distrital criado também em 1931⁸, embora não anexo a qualquer Biblioteca, e a mesma data marcaria o aparecimento de arquivos provinciais nas Canárias, como foi o caso do *Archivo Provinciale de Las Palmas* (embora só tenha começado a funcionar 17 anos mais tarde, atraso que também se registaria com o Arquivo da Horta).

Essa antiga centralização decorria de legislação oitocentista, nomeadamente o Decreto de 2 de outubro de 1862 e a Portaria de 9 de junho de 1886 que estipulavam as incorporações, no Arquivo Nacional, da documentação anterior a 1834 ou de organismos estatais extintos. Uma legislação que geraria contestações a nível local ao longo de toda a sua vigência e que fez com que, por exemplo, arquivos como o da Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal, entre outros tantos, estejam hoje em Lisboa.

De gestão municipal, enquanto Biblioteca Pública, até 1928, passaria a ser encargo da Junta Geral de Ponta Delgada a partir de então e, a partir de 1931, com tutela superior da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, criada em 1887. Os outros dois arquivos açorianos seriam criados em 1948, Angra do Heroísmo, e em 1965, Horta, embora neste último caso com um atraso de 12 anos, pois só inauguraria em 1977 aquando da abertura da Biblioteca Pública da Horta.

5 “Os arquivos dos Açores e a História: uma atualização de enunciados de problemas (1997-2017)”. In Boletim do Núcleo Cultural da Horta. Horta: NCH, 2017, pp. 25-49.

6 Decreto de 10 de dezembro de 1841.

7 DL nº20484 de 6 de novembro de 1931.

8 Decreto nº19952 de 27 de junho de 1931.

Com a(s) autonomia(s) insular(es), e no caso açoriano a partir de 1976, a tutela dos arquivos passaria para a atual Direção Regional da Cultura, contemplando o estatuto político-administrativo da RAA os arquivos apenas enquanto bens de interesse específico, ou seja, que careciam de legislação especial, ainda a produzir. Com os arquivos estavam os museus e as bibliotecas. Essa produção legislativa foi lenta e lacunar, justificando o que afirmamos no início desta comunicação: chegados ao final da década de 90 o arquipélago carecia de todo um corpo legislativo que considerasse e enquadrasse os arquivos enquanto património da região, para não falar das questões de responsabilização, normalização e regulamentação. Essa transição tutelar derivada do estatuto autonómico também se registou na Madeira, passando o Arquivo criado em 1931, pelo Decreto nº287/80, de 16 de agosto, para a tutela da Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

O estatuto político-administrativo da RAA⁹ considera, atualmente, que os arquivos (juntamente com um conjunto amplo de outros bens) são bens de domínio público regional, inseridos que estão na autonomia patrimonial da Região (Cap. III, Artº 22º). Curiosamente, porém, nas competências da ALR está o legislar sobre, e cito, “património histórico, etnográfico, artístico, monumental, arquitectónico, arqueológico e científico”¹⁰, não havendo qualquer referência a património arquivístico, pese embora a devida competência da mesma Assembleia para legislar sobre “equipamentos culturais” onde se incluem os museus, as bibliotecas e os arquivos. Não obstante, como veremos, a legislação regional sobre “património arquivístico” foi produzida e está em vigor.

A autonomia açoriana começou por legislar o património cultural da RAA em 1979, pelo Decreto nº13/79/A, onde se incluíam bens ditos “de interesse arquivístico”. Do ponto de vista da patrimonialização dos arquivos foi um diploma vago e omissivo (falava de uma rede regional de museus e de uma rede de leitura pública, mas não mencionava qualquer rede de trabalho para a área dos arquivos), contrastando com alguns diplomas madeirenses que eram mais específicos sobretudo no que se refere à questão das incorporações obrigatórias (de salientar que, ao contrário da Região Autónoma dos

9 O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei nº 39/80, de 5 de agosto, encontra-se actualizado de acordo com: Lei nº 9/87, de 26 de março, Lei nº 61/98, de 27 de agosto, e Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro - revê e renumera o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

10 Vide Artº 63º.

Açores, na Região Autónoma da Madeira o Arquivo Regional incorpora a documentação dos serviços do Governo Regional).

Em 1981, o DRR nº13/81/A (reformulado depois pelo DRR nº44/92/A) viria regulamentar o funcionamento das bibliotecas públicas e dos arquivos nos Açores, definindo igualmente os seus quadros de pessoal. Em 2000, o DRR nº36/2000/A, de 7 de dezembro, regularia os serviços externos da Direção Regional da Cultura, aplicando a designação de ‘Arquivos Regionais’, com as atribuições e competências das Divisões de Arquivo respetivas.

Atualmente, é a Lei (nacional, portanto) do Património Cultural (Lei nº107/2001, de 8 de setembro) que define, no seu capítulo III, o que é “património arquivístico”, tendo-se atribuído atenção à sua distinção, com base na proveniência, entre públicos e privados, bem como à sua proteção/classificação. A nível regional, no mesmo ano, o Decreto Regulamentar Regional nº13/2001/A, de 7 de novembro, viria reorganizar a orgânica dos serviços externos na área da cultura¹¹, onde se incluíam as bibliotecas públicas e arquivos regionais¹². Com respeito a estes serviços, estipula o diploma que, possuindo âmbito territorial, têm autonomia administrativa e orçamento próprio, constituindo-se como uma Direção de Serviços, com duas divisões e respetivas chefias, com a obrigação de apresentar um Plano de Atividades anual e um Relatório de Gestão final.

A produção legislativa regional não ficaria pela organização dos serviços, mas abrangeria, igualmente, a estruturação de uma política arquivística regional, reclamação proveniente da longínqua década de noventa. Em 2007 (DLR nº10/2007/A, de 20 de abril), os Açores aprovariam o seu primeiro “Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico da RAA” que dotou a Região de um “instrumento jurídico para a gestão da documentação produzida pela Administração Pública Regional”, bem como criava as condições para o estabelecimento de normas para a gestão do património arquivístico da RAA (apesar de estar omissa como tal no estatuto político-administrativo atual) e criava a Comissão Coordenadora para os Arquivos da RAA (CARAA), “órgão de gestão regional dos arquivos” a quem cabe “propor a definição a política arquivística regional, o acompanhamento da sua execução e da acção fiscalizadora”. A ação da CARAA, cujas competências ficariam definidas no “Regulamento do Regime Geral dos arquivos e

11 A orgânica da Direção Regional da Cultura é atualmente regida pelo DRR nº3/2020/A, de 27 de janeiro.

12 No âmbito legal, a BPARPD é, atualmente, regida internamente pela Portaria nº98/2016, de 20 de setembro (que veio alterar a Portaria nº19/2011, de 28 de março).

do património arquivístico da RAA¹³, em 2008 e em 2014¹⁴, tem a sua ação centrada na gestão documental, mais especificamente na documentação produzida pela Administração Pública Regional, como aliás é prova a Tabela de Seleção produzida no âmbito das suas competências e que, se prevê, tenha aplicação a todos os serviços do Governo Regional dos Açores.

Foi igualmente durante a primeira década do século XXI que a RAA dotou os seus arquivos regionais de bases de dados adequadas à gestão e à difusão da informação constante nos arquivos à sua guarda, através da aquisição/adoção e implementação de sistemas próprios para a descrição e indexação e respetiva disponibilização *online*.

Assim, no decurso de um século e meio, entre a recuperação do manuscrito da Crónica da Província de S. João Evangelista, do Padre Agostinho de Mont'Alverne, por Mariano José Cabral em 1851, a entrega do manuscrito das Saudades da Terra, de Gaspar Frutuoso, por António Borges Coutinho Sousa Dias da Câmara, 3º Marquês da Praia e Monforte, em 1950, ou a compra do arquivo dos Condes da Ribeira Grande, em 2016, instituições como a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada têm cumprido a sua missão, não sem algumas dificuldades.

Na década de noventa, como já referimos, reclamava-se legislação e coordenação para os arquivos, para as instituições de e com arquivo, para os serviços e para os profissionais de arquivo. Em finais da segunda década do século XXI, os Açores possuem legislação, uma comissão coordenadora, três arquivos regionais (a que acresce um arquivo na Universidade dos Açores, os arquivos municipais, das misericórdias, particulares, da Igreja...), bases de dados que facilitam a difusão e o acesso... poder-se-ia dizer que os Açores estão na vanguarda, mas ainda há muito caminho a percorrer nesta missão de patrimonialização os arquivos. Porque não basta dizer que há leis para o património arquivístico. Porque não basta existirem leis que falem em património arquivístico. Não se consegue proteger o que se desconhece. Não se investe no que não se compreende. E não se justifica investimento no que não é publicamente usufruído.

Só a título de exemplo, e como já tivemos oportunidade de abordar em encontro de temática específica¹⁵, de todos os arquivos de família e/ou

13 DRR n°7/2008/A, de 30 de abril.

14 DRR n°10/2014/A, de 15 de julho.

15 Moscatel, Cristina - "Family Archives: an analysis at the Azorean Regional Archive's intervention". In Lurdes, Maria de; Nóvoa, Rita Sampaio da (dir.); Gago, Alice; Sousa, Maria João da Câmara Andrade e

personais existentes nos três arquivos regionais, apenas três foram fruto de aquisição por parte da RAA¹⁶. Claro que não estamos a contabilizar, neste ponto, os arquivos, coleções ou conjuntos de documentos que têm sido adquiridos por outras entidades regionais, por vezes públicas e da mesma tutela, mas que, efetivamente, não incorporam os Arquivos Regionais. E apenas um desses arquivos foi alvo de proposta para classificação/proteção, em 2016¹⁷. Talvez fosse pertinente fazer-se um estudo atento às classificações de bens móveis feitas pela RAA nos últimos 20 anos, por exemplo, ou aos valores das aquisições para os serviços da área da cultura e teríamos um *raio-x* do investimento, mas também da consideração patrimonial que os arquivos comportam atualmente. Uma análise a ser feita.

A custódia de arquivos com interesse regional mantém-se, aberta que está à doação, depósito ou oferta de arquivos, coleções e livrarias, mas também à aquisição de arquivos. E é aqui, a nosso ver, que carece de alguma reeducação, pois se a aquisição de determinadas peças ou coleções são positivamente vistas pelo cidadão (algumas até adquiridas com recurso a recentes *crowdfundings*), o dispêndio de 80, 100 ou 500 mil euros por um arquivo angariaria, eventualmente, alguma crítica pública.

Mas o que compreende efetivamente o património arquivístico da RAA? Apesar das definições, generalistas, que a Lei lhe confere, o facto é que não existe um Inventário de Património Arquivístico Regional. Apesar do acesso aos catálogos e da existência de alguns Guias de Fundos, o “património arquivístico” da RAA não se reduz, nem nunca se poderá reduzir, aos arquivos à guarda dos Arquivos Regionais ou da Universidade. Há tanto mais. Identificá-los, publicitá-los, divulgá-los, torná-los tema de discussão pública seria um passo para uma maior consciencialização.

A questão, portanto, passa por aplicar e desenvolver, efetivamente, uma política pública e cívica de patrimonialização dos arquivos. As instituições de arquivo, atualmente, encaram dupla luta: se por um lado enfrentam, ainda, um relativo desconhecimento acerca do seu papel, importância e relevância pública, por outro enfrentam constrangimentos internos, próprios da evolução científica e técnica e, neste caso também, tecnológica. O gran-

(coord.) - *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Lisboa/Coimbra: IEM/IUC, 2019.

16 Onde se incluem as aquisições do Arquivo Tavares Carreiro e dos Condes da Ribeira Grande, por exemplo.

17 Referimo-nos à classificação de Bem de Interesse Público do Arquivo Tavares Carreiro, em setembro de 2016.

de enfoque da arquivística atual, virada, e bem, para as questões digitais e da informação digital, encerra em si a negligência pela formação adequada de técnicos que possam e consigam trabalhar com tantos mil quilómetros de papel e pergaminho, fotografias e gravuras, rascunhos e desenhos, produzidos em outros tempos e que requerem outros conhecimentos (como a Paleografia e/ou a Diplomática, por exemplo) que, neste momento não têm destaque nas formações em Ciências Documentais. É já um problema e será um problema maior daqui a mais algum tempo¹⁸.

Mas retomando a questão da necessidade de reeducação para a importância dos arquivos, lembramos que já são várias as atividades a serem desenvolvidas pelos arquivos regionais açorianos nesse sentido: mostras documentais, exposições (dentro e fora dos Arquivos Regionais), seminários e colóquios, formações, debates, etc. É claro, portanto, o investimento nesta linha de atuação e é preciso que fique claro que o futuro dos arquivos passa, também, por aqui, pois não se protege, nem se investe naquilo que se desconhece ou naquilo que não representa valor.

Um dos projetos que mais tem colocado na ordem do dia a questão do valor patrimonial dos arquivos, no âmbito da Macaronésia, por exemplo, insere-se nos estudos dos arquivos de família¹⁹. São os estudos em torno dos arquivos de família que, atualmente, mais têm contribuído para a formação de uma noção patrimonial arquivística de dimensão arquipelágica no âmbito do Atlântico e da Macaronésia. Os trabalhos e projetos encetados no âmbito desta linha de investigação, têm internacionalizado a questão patrimonial dos arquivos (neste caso, familiares), fomentando diálogo e perspectivas comparativas entre arquipélagos²⁰. Projeto a que o Arquivo Regional de

18 A este respeito, e a título de opinião de que partilho, veja-se a entrevista que António Sousa, Diretor do Arquivo Distrital de Braga, deu à *ArchiVoz – International Archives Magazine*, a 4 de maio de 2020, onde defende precisamente as fragilidades da formação atual na área dos arquivos, no que se refere à adequação ao trabalho técnico em certos domínios: “A formação para técnicos superiores é agora muito diversificada. É certo que no fim de uma licenciatura não se fica habilitado automaticamente a ser um profissional completo mas, no contacto com alguns colegas com formação mais recente, nomeadamente em entrevistas, encontro, com alguma frequência, uma visão muito generalizada da gestão da informação, alguma dificuldade em contextualizar ou perceber as especificidades inerentes à produção da informação de arquivo e um conhecimento muito vago, muito genérico de instrumentos como as ISAD(G). Provavelmente terão mais competências para a gestão de sistemas de informação de arquivo em ambiente digital...”. Para a entrevista na sua totalidade: <https://www.archivozmagazine.org/pt/precisamos-de-ter-essas-competencias-e-de-ser-capazes-de-as-exercer-num-contexto-tecnologico-e-organizacional-que-evolui-constantemente-entrevista-com-antonio-sousa-diretor-do-arqu/> (consultado a 04.05.2020).

19 <https://arqfam.fcsh.unl.pt/?portfolio=inventarq>

20 Veja-se, a este respeito, o mais recente encontro internacional desta temática e geografias, realizado em Tenerife, em maio de 2018: <https://www.ull.es/portal/agenda/evento/i-congreso-internacional-herencia-cultural-archivos-familia-los-archipiélagos-la-macaronésia/> (consultado a 15.04.2020).

Ponta Delgada se tem associado em parcerias que tem surtido efeitos positivos²¹ e que, desejamos, continuem a existir: as parcerias e os efeitos positivos! Outro projeto que também tem reunido profissionais das duas margens do Atlântico, em prol da patrimonialização dos arquivos, é o dos arquivos comunitários ou de comunidade²², mas que já conta com algum trabalho nacional no sentido de consciencializar para a salvaguarda os arquivos de comunidades ou associativos²³.

A ponta do véu, porém, para a discussão dos arquivos insulares já havia sido levantada anteriormente, não sujeita, claro, à temática dos arquivos de família, mas abrindo os horizontes ao atlântico. E aqui destaco o trabalho de Alberto Vieira, tão bem lembrado na sessão de abertura deste Colóquio, e os colóquios realizados em 1994 e 1997, por exemplo, em torno dos arquivos atlânticos²⁴.

A biologia, as Ciências do Mar e os estudos urbanísticos têm unido já as ilhas em estudos comparativos e a história tem construído conhecimento em torno do Atlântico incluindo forçosamente as suas ilhas nesses estudos. Onde cabem os arquivos nesta confluência de valorização patrimonial e recurso de memória e história comum? Se quisermos realizar um pequeno teste, bastará abrir um motor de busca e pesquisar ‘arquivos da macaronésia’. A pesquisa em inglês recupera, logo de imediato, matérias relacionadas com as ciências naturais (área de estudo que também tem unido os arquipélagos atlântico, é verdade), mas a pesquisa em português recupera, precisamente, eventos relacionados com o projeto de arquivos de família acima referido e o encontro de Tenerife de 2018. Curiosamente, não recupera, de imediato, catálogos *online* dos arquivos das regiões autónomas, nem as instituições insulares detentoras de arquivos com tanto potencial informativo acerca das ilhas e do atlântico. Obviamente que temos a noção de que os algoritmos de pesquisa têm a sua estruturação, mas talvez fosse de se realizar, para além de outras atividades de divulgação, algum investimento (de tempo e trabalho) neste ponto em particular.

Por último, gostaria de terminar esta pequena análise à viagem patri-

21 Como foi o caso do Colóquio “Arquivos de Família: desafios atuais”, realizado pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, em maio de 2017. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/agenda/default.aspx?id=20044> (consultado a 15.04.2020).

22 <https://www.communityarchives.org.uk/> (consultado a 15.04.2020).

23 <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/Guia-arquivos-associacoes-1-v.1.pdf>

24 Referimo-nos ao colóquio internacional Las Islas Atlánticas. Os Arquivos Insulares (Atlântico e Caraíbas), decorrido em Las Palmas, em 1994, e Os Arquivos Insulares, Funchal, em 1997.

monial dos arquivos açorianos, ou ao seu percurso de consciencialização patrimonial, apontando algo que não é novidade, mas que interfere diretamente com as políticas arquivísticas, mas igualmente com a facilidade em difundir a informação. Refiro-me à dispersão documental que está inerente a todas as ilhas atlânticas, fruto da sua história administrativa. Efetivamente, não foram só as medidas centralizadoras oitocentistas que contribuíram para a dispersão dos arquivos insulares. A própria administração das ilhas, cujo reflexo mais fidedigno é o seu arquivo, levou a que a informação e os arquivos referentes às ilhas se encontrem difundidos por diversas instituições, sobretudo no Arquivo Nacional Torre do Tombo, mas não só.

Essa dispersão é notória quando analisamos obras que abordam o Atlântico, por exemplo, onde os arquivos das (e sobre as) ilhas e a sua história intrincam com uma área geográfica lata, dispersa e diversa. Assim, e apenas como exemplo, a obra de Xavier Lamikiz²⁵, sobre o comércio no mundo atlântico no século XVIII com ênfase para as redes comerciais espanholas, apresenta a consulta de documentação em arquivos espanhóis, sul-americanos, ingleses, mas não efetua qualquer consulta em arquivos insulares (ou seja, em posse de entidades de arquivo insulares) como, por exemplo, os do arquipélago das Canárias. A mesma ausência podemos constatar na obra de John K. Thornton²⁶, na abordagem a uma história cultural do mundo atlântico, onde a panóplia de arquivos consultados estende-se da Holanda, à África, passando pela América do sul, mas sem a consulta de um único arquivo insular.

Por fim, e para não nos estendermos nas referências, apenas salientar uma obra de 2009, coordenada por David Armitage e Michael J. Braddick, que aborda o mundo atlântico britânico entre 1500 e 1800. Produto de uma série de seminários promovidos pela Universidade de Harvard desde 1995 sobre a história do mundo atlântico, a introdução da obra remete para uma concertação de conhecimentos e análises de todos os investigadores do mundo atlântico, não negligenciando o conhecimento dos arquivos e da informação patente: “To help create an international community of historians familiar with approaches, *archives*, and intellectual traditions different from

25 Lamikiz, Xavier – *Trade and Trust in the Eighteenth Century Atlantic World. Spanish merchants and their overseas networks*. London: The Royal Historical Society, 2010.

26 Thornton, John K. – *A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820*. Londres: Cambridge University Press, 2012.

their own”²⁷. Talvez a disseminação do valor dos arquivos insulares passe, também, pela sua presença em encontros, debates e concertações desta natureza. A divulgação dos conteúdos far-se-á melhor, eventualmente, nestes contextos do que em contextos mais técnicos, o que remeterá, novamente, para a importância das formações dos arquivistas ou para um trabalho conjunto de áreas de saber.

Não obstante as dificuldades que a dispersão documental acima referida acarreta, e já em jeito de conclusão, um último exercício de pesquisa. Ainda que, muitas das referências recuperadas não sejam documentos de arquivo, mas impressos (eventualmente raros, mas impressos), não deixa de ser significativa esta linha que nos une também na dispersão da informação ou da sua partilha (conforme a perspetiva), mas que também poderá ser uma linha de aproximação a partir da dispersão, potenciando projetos conjuntos em torno da informação arquipelágica e atlântica.

Assim, a diversidade e a dispersão representarão a união ou fraternidade atlântica quando se constata que as temáticas e os documentos estão presente e são pesquisáveis nos vários arquivos insulares. Facilmente se poderá encontrar documentação sobre o arquipélago das Canárias no Arquivo Regional da Madeira²⁸, por exemplo, ou no Arquivo Regional de Ponta Delgada²⁹. Da mesma forma, é possível encontrar informação sobre a Madeira³⁰ e sobre os Açores³¹ nos arquivos das Canárias, bem como sobre Cabo Verde. Essa ligação, e essa possibilidade de projeto conjunto, foi aliás objetivo do projeto *Jornadas de Fotografia Histórica Canarias*, que se desenvolveu durante o ano de 2018 entre Portugal, Açores, Madeira, Espanha, Canárias, Cabo Verde e a Guiné Equatorial³².

Foi objetivo desta comunicação traçar um breve percurso dos arquivos açorianos e nos Açores, enquanto bens patrimoniais e enquanto instituições detentoras de bens patrimoniais, bem como expor algumas das fragilidades

27 Armitage, David; Braddick, Michael J. – *The British Atlantic World, 1500-1800*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

28 Fotografia do edifício da empresa Woermann Linie, na cidade de Las Palmas, ilha de Gran Canária, arquipélago das Canárias, 1901. Código de Referência: PT/ABM/PER-JOP/001/000020. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=76150&ht=>.

29 Carta de António Maria Manrique a Francisco Afonso Chaves, 1905. Código de Referência: PT/BPARPD/PSS/FAC/001-121/000001. <http://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=1372332>.

30 <https://mdc.ulpgc.es/items/show/288766> (consultado a 01.05.2020).

31 <https://mdc.ulpgc.es/items/show/290699> (consultado a 01.05.2020).

32 <https://elalpende.wixsite.com/alpende/post/2018/02/22/luces-del-atl%C3%A1ntico-iv-jornadas-fotograf%C3%ADa-hist%C3%B3rica-canarias> (consultado em 01.05.2020).

que essa noção e conceito ainda encerra e enfrenta. A minimização dessas dificuldades passará por uma maior dinamização e divulgação dos conteúdos informacionais da documentação à guarda dos arquivos regionais, mas igualmente pela educação cívica para a sua importância e conceito patrimonial. Passará, igualmente, por uma melhor gestão das suas bases de dados, enquanto recursos de acesso à distância que podem e devem ser potenciados junto de outros públicos e contextos, para rentabilização da sua utilidade e função. Essa potencialização passará por um entendimento insular, atlântico, como já tem acontecido e como, cremos, deverá ser o futuro dos arquivos insulares num contexto atlântico: um trabalho conjunto em prol da dinamização e divulgação da informação e dos conteúdos dos arquivos à nossa guarda, de forma a fomentar e sedimentar a sua noção enquanto património. Um trabalho que extrapola os corpos legais e que se concretizará apenas num entendimento e concertação de objetivos e recursos. É o caminho que temos a percorrer e que, com certeza, será percorrido com sucesso e diversos benefícios para os arquivos insulares atlânticos.

Bibliografia

- Armitage, David; Braddick, Michael J. – *The British Atlantic World, 1500-1800*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.
- Gregório., Rute Dias - “Os arquivos dos Açores e a História: uma atualização de enunciados de problemas (1997-2017)”. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: NCH, 2017, pp. 25-49.
- Lamikiz, Xavier – *Trade and Trust in the Eighteenth Century Atlantic World. Spanish merchants and their overseas networks*. London: The Royal Historical Society, 2010.
- Medeiros, Pedro - O Arquivo de Ponta Delgada e a política arquivística regional. In “ARQUIPÉLAGO. História”. Ponta Delgada: CEGF, 2001, pp.743-758.
- Moscatel, Cristina - “Family Archives: an analysis at the Azorean Regional Archive’s intervention”. In Lurdes, Maria de; Nóvoa, Rita Sampaio da (dir.); Gago, Alice; Sousa, Maria João da Câmara Andrade e (coord.) - *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Lisboa/Coimbra: IEM/IUC, 2019.

- Reis Leite, José Guilherme – “Os Arquivos Públicos na Região Autónoma dos Açores. Uma opinião”. In ARQUIPÉLAGO. História. Ponta Delgada: CEGF, 2001, pp.759-764. Reis Leite, José Guilherme - “Política Arquivística para o século XXI. Os Arquivos da Autonomia”, in Documentação e Arquivos Insulares. Funchal: C.E.H.A., 1997.
- Rosa, Maria de Lurdes; Nóvoa, Rita Sampaio – “Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico”. In *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIX, 2008, pp. 85-98.
- Silva, Susana Serpa – “Notas para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº12 (2012). Coimbra: CHSCUC, 2012, pp. 285-321.
- Thornton, John K. – *A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820*. Londres: Cambridge University Press, 2012.